

# ZIMBABWE

## CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA CRISE MULTIFACETADA

João Gomes Porto

O Zimbabwe vive hoje uma situação de crise profunda e generalizada. Ao clima de intimidação e violência que tem caracterizado a vida neste país da África Austral nos últimos anos, junta-se agora uma situação de emergência humanitária sem precedentes. Aproximadamente quatro milhões de zimbabwianos carecem de ajuda alimentar de emergência e o país vive uma situação dramática na qual a hiperinflação, uma taxa de desemprego que se aproxima dos 80 por cento, a paralisação dos serviços de saúde e de educação e a escassez de bens de consumo (em especial bens alimentares) e de combustível afecta de forma severa a vida de muitos milhares de zimbabwianos. Estima-se que hoje mais de três milhões de zimbabwianos se encontrem refugiados em países vizinhos, nomeadamente no Botswana e na África do Sul, num movimento migratório no qual não só os mais vulneráveis, mas também centenas de milhares de quadros profissionais, se vêem obrigados a abandonar o país. Se existe estatística que de forma mais objectiva demonstra a gravidade da situação é a que se refere à esperança média de vida. Em 1990, a esperança média de vida no Zimbabwe era de 61 anos; hoje, a esperança média de vida é de 34 anos para as mulheres e de 37 anos para os homens<sup>1</sup>. Em 2005, o Zimbabwe ocupava a 145.<sup>a</sup> posição entre os 177 países incluídos no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Em termos do nível de pobreza (num indicador composto que inclui o rendimento *per capita*, a esperança média de vida e o acesso à educação) o Zimbabwe ocupa a 89.<sup>a</sup> posição entre 103 países à escala mundial<sup>2</sup>. Os acontecimentos de Março de 2007, durante os quais centenas de membros da oposição e de organizações da sociedade civil foram presos – incluindo o presidente do Movement for Democratic Change (MDC), Morgan Tsvangirai –, chocaram a comunidade internacional, incluindo os países da região. O facto de estes acontecimentos estarem a ser transmitidos em directo nos canais internacionais parece não ter afectado a determinação e o nível de violência utilizado pelas forças de segurança. Quebrando com a sua postura diplomática silenciosa, a África do Sul apelou publicamente ao respeito pela lei e pelos direitos dos cidadãos. Reagindo de forma visivelmente tem-

pestuosa, Levy Mwanawasa, Presidente da Zâmbia, compararia o Zimbabwe ao afundamento do Titanic<sup>3</sup>. Embora a condenação internacional tenha sido generalizada e uma importante decisão por parte da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) tenha sido tomada no sentido de encetar um processo de mediação entre o partido no poder, a Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF) e a oposição, o Movement for Democratic Change (MDC), infelizmente e no curto prazo, pouco contribuíram para aliviar a situação de centenas de cidadãos do Zimbabwe, envolvidos de uma forma ou de outra nos protestos de Março deste ano. Com efeito, e segundo a Amnistia Internacional, os casos de prisão arbitrária, detenção, tortura e violência organizada têm aumentado, não obstante a cimeira extraordinária da SADC de 29 de Março de 2007<sup>4</sup>. O Zimbabwe Human Rights NGO Forum registou, nos últimos seis anos, mais de 25 mil casos de violações de direitos humanos na sua esmagadora maioria perpetrados pelo Estado<sup>5</sup>.

Nos últimos anos, operações de estilo militar tornaram-se o instrumento preferencial de governação no Zimbabwe para áreas tão díspares como o sector privado e a economia,

NOS ÚLTIMOS ANOS, OPERAÇÕES DE ESTILO MILITAR TORNARAM-SE O INSTRUMENTO PREFERENCIAL DE GOVERNAÇÃO NO ZIMBABWE.

a reforma agrária, o comércio informal ou a habitação (veja-se, a título de exemplo, a «Operação Murambatsvina», a «Operação Dzikisa Mitengo» ou a «Operação Taguta»). Para além disso, e discu-

tido em pormenor nas páginas abaixo, o conjunto de leis aprovadas pelo regime de Robert Mugabe nos últimos anos, destinado ao controlo político, social e económico absolutos são evidência, se é que evidência fosse ainda necessária, do carácter autoritário do regime da ZANU-PF. A militarização progressiva do regime na base desta transformação é evidenciada pelo poder de intervenção do Joint Operational Command em áreas alargadas da vida política, social e económica do país substituindo na prática o Conselho de Ministros como órgão de tomada de decisão<sup>6</sup>. As Forças Armadas, a Polícia, os serviços de inteligência (o Central Intelligence Office), os veteranos de guerra, as milícias, etc., têm hoje um papel preponderante na governação do Zimbabwe.

O exemplo da «Operação Murambatsvina» (Restaurar a Ordem), entre Maio e Julho de 2005, durante a qual 700 mil pessoas perderam as suas casas, representa um caso paradigmático do tipo de abordagem privilegiada pelo regime de Robert Mugabe. Ostensivamente para acabar com todas as formas de actividade ilegal, nomeadamente a habitação e o comércio ilegais em Harare, que, segundo o Governo, têm vindo a afectar os níveis de vida nas cidades, na prática esta operação destinou-se claramente a punir áreas urbanas que apoiaram o MDC nos últimos actos eleitorais. A «Operação Dzikisa Mitengo» constitui outro exemplo da abordagem referida. Neste caso, os objectivos da operação foram impor pela força das armas a redução dos preços de bens de consumo em 50 por cento em todos os estabelecimentos comerciais. Perante o protesto de comerciantes, proprietários e administradores de empresas, esta operação

levaria à prisão de aproximadamente 8500 pessoas<sup>7</sup>. Para além disso, a utilização de forças paramilitares (os chamados «veteranos de guerra») e milícias inicialmente utilizadas como instrumentos para a política dita de redistribuição da terra, tem sido alargada para incluir a intimidação e o uso da violência contra todos os que sejam vistos como simpatizantes da oposição<sup>8</sup>.

Munido com o apoio renovado da ZANU-PF após o congresso de 2006, o Presidente Robert Mugabe volta a candidatar-se à Presidência nas próximas eleições, escalonadas para Março deste ano, a serem realizadas ao mesmo tempo que as eleições legislativas agora antecipadas em sensivelmente dois anos. Como discutido nas páginas abaixo, a estratégia em antecipar as eleições legislativas de 2010 para que coincidam com as presidenciais de 2008 parece ter dois objectivos principais: a obtenção de um mandato claro do povo zimbabweano, por um lado, e, talvez mais importante, e na sequência da promulgação da Emenda Constitucional 18, garantir o controlo da sua sucessão prevista para 2010. É de salientar que esta emenda constitucional prevê, entre outras medidas que, no caso de o Presidente falecer, ficar incapacitado ou pedir a demissão, as duas câmaras do Parlamento em colégio eleitoral escolham por maioria de dois terços o novo presidente sem a necessidade de um sufrágio universal. Para a SADC e, em particular para a mediação sul-africana, o acordo estabelecido entre a ZANU-PF e o MDC relativo a esta emenda constitucional – não obstante o actual impasse relativo à adopção de uma nova constituição a tempo das próximas eleições – representa um importante triunfo.

Com efeito, e no sentido de abordar algumas das preocupações do MDC relativas à série de leis repressivas actualmente em vigor e à reforma do sistema político, a mediação sob a égide da SADC tem insistido na adopção pelas partes de uma nova constituição. No entanto, a adopção de uma nova constituição a tempo das eleições parece ser um objectivo cada vez mais longínquo, a julgar pelas declarações recentes de altos dignatários da ZANU-PF em particular de Robert Mugabe, que já afirmou não ser necessária uma nova constituição para a realização dos actos eleitorais de Março. Sendo que a ZANU-PF não aceita adiar as eleições ou considerar o passo intermédio de adopção de uma «constituição de transição», irá o MDC participar nas eleições com base apenas na Emenda Constitucional 18? Que garantias terá o MDC (assim como a mediação e, por extensão, a SADC) de que o conjunto de leis «draconianas» hoje em vigor será revogado como acordado pelas partes, em Kariba, há poucos meses? Até que ponto factores de natureza política interna à África do Sul – nomeadamente a sucessão de Thabo Mbeki por Jacob Zuma na presidência do ANC – afectarão a eficácia da mediação? No caso da vitória (já antecipada) da ZANU-PF nestas eleições, até que ponto irá o regime, tão profundamente militarizado, transformar-se no sentido da boa governação, da democracia, do desenvolvimento e do respeito pelos direitos humanos? E talvez mais importante, como pode a comunidade internacional navegar nas águas tumultuosas que caracterizam a sua relação com o regime de Mugabe para que, pelo

menos, algum alívio possa ser dado à actual situação de catástrofe humanitária que afecta um terço da sua população? Estas e outras questões dominam a reflexão actual sobre o problema do Zimbabwe. As páginas abaixo destinam-se a providenciar alguns elementos considerados pelo autor como relevantes para tal reflexão. Estes incluem os antecedentes económicos da actual crise; o descontentamento social e o nascimento da oposição; a questão da terra e a sua instrumentalização; o poder do discurso, da propaganda e a dimensão internacional da crise; a diplomacia silenciosa da África do Sul; as dinâmicas internas da ZANU-PF e a forma como os zimbabwianos encaram a situação actual; e, por último, alguns pontos de reflexão em jeito de conclusão.

### UMA CRISE MULTIFACETADA

Embora não exista consenso sobre as causas profundas da actual crise, factores como a herança colonial, as consequências de uma luta de libertação que produziu uma elite de pendor autoritário incapaz de transformar as estruturas coloniais em instituições verdadeiramente democráticas, o desenvolvimento gradual de relações neopatrimoniais e clientelistas no seio da ZANU-PF,

A HISTÓRIA PESSOAL DO PRÓPRIO ROBERT MUGABE TEM SIDO TERRENO FÉRTIL DE REFLEXÃO E ESPECULAÇÃO NA PROCURA DE RESPOSTAS CAPAZES DE EXPLICAR A SUA TENDÊNCIA AUTORITÁRIA E A MILITARIZAÇÃO DO REGIME ZANU-PF POR ELE DOMINADO.

a corrupção, os programas de ajustamento estrutural e os factores de pobreza e desigualdade sociais aparecem frequentemente citados<sup>9</sup>. A história pessoal do próprio Robert Mugabe tem sido terreno fértil de reflexão e especulação na procura de respostas capazes de explicar a sua tendên-

cia autoritária e a militarização do regime da ZANU-PF por ele dominado<sup>10</sup>. Para certos autores, existe uma continuidade clara entre os padrões de governação autoritária agora evidenciados e aqueles que caracterizaram o regime rodésiano de Ian Smith, incluindo a manutenção de estruturas de segurança do tempo colonial<sup>11</sup>. Para outros, como Lloyd Sachikonye, a forma autoritária como a ZANU-PF consolidou o poder no pós-independência, incluindo a guerra civil que a opôs à PF-ZAPU de Joshua Nkomo e que levaria à morte, entre 1982 e 1987, de mais de 20 mil pessoas nas províncias de Matabeleland, são factores que de certa forma constituem o preâmbulo da situação actual. Para este autor, a forma como o chamado «Unity Accord» (Acordo de Unidade) seria negociado entre a ZANU-PF e a PF-ZAPU e a consequente fusão (absorção seria o termo mais indicado) dos dois partidos em 1989 demonstram já uma tendência de cariz autoritário nos destinos do movimento<sup>12</sup>. Este autor salienta que já nas eleições de 1990 (28-30 de Março), uma parte substancial dos candidatos da ZANU-PF defendia a criação de um regime de partido único<sup>13</sup>. Kagoro partilha desta opinião considerando que, na senda da assinatura do «Unity Accord», a ZANU-PF intensificaria a pressão no sentido da criação de um regime de partido único sob o pretexto de que só assim o desenvolvimento e unidade nacionais poderiam ser garantidos<sup>14</sup>.

Para Timothy Scarnecchia, os acontecimentos no Zimbabwe são acima de tudo evidência do desenvolvimento típico de um regime fascista, num processo que o autor apelida – não sem provocar uma dose considerável de controvérsia – o «Ciclo Fascista no Zimbabwe 2000-2005». Neste processo, quatro vectores são fundamentais: a utilização pelo Estado de organizações paramilitares/milícias (neste caso os veteranos de guerra e as *youth brigades*) como instrumentos de controlo; a primazia da sobrevivência política sobre o planeamento económico estratégico; o abuso de poderes legislativos e judiciais para proteger interesses do partido no poder, e, por último, ser-se membro do partido no poder como pré-requisito para o envolvimento do indivíduo em áreas básicas da vida social e económica<sup>15</sup>. Para Sarah Bracking não restam dúvidas de que «a forma autoritária de governo da ZANU-PF encontra as suas raízes no processo de transformação social iniciado com o programa económico de ajustamento estrutural [...], a crise económica posterior a 1997 e a bancarrota do modelo democrático pós-colonial»<sup>16</sup>. E é precisamente pela economia política que começamos a nossa reflexão.

#### ANTECEDENTES: UMA ECONOMIA EM ESPIRAL DESCENDENTE

Como referido nas páginas acima, o desemprego, a escassez de bens alimentares, de consumo e energia, a deterioração do clima macroeconómico, a hiperinflação, o PIB com crescimento negativo, a contracção da produção industrial e agrícola são indicadores que levam a maioria dos observadores a caracterizar a situação no Zimbabwe como de um colapso económico generalizado. Com efeito, o próprio Governo admite a gravidade da situação económica apontando para uma redução de 150 por cento nos níveis de vida da população entre 1996 e 2005. Para o Governo, «por oposição aos sucessos alcançados em termos de desenvolvimento nos primeiros dez anos da independência... a década de 1990 assistiu a um revés nas fortunas económicas do país resultante do declínio económico e dos problemas estruturais de pobreza extrema e desigualdade». Entre 1995 e 2006, segundo a mesma fonte, mais de 63 por cento das populações rurais não detinham rendimento suficiente para simultaneamente adquirir alimentos e necessidades não alimentares<sup>17</sup>.

Na década de 1980, o Governo seguiu uma política económica cautelosa, em larga medida independente da influência e pressão dos doadores e com resultados positivos em vários domínios<sup>18</sup>. Nessa altura, embora a questão da terra (a par do aprofundamento do processo democrático e o estado da economia) dominasse o discurso marcadamente afro-marxista de Robert Mugabe, e a violência na província de Matabeleland causasse um certo desconforto e perplexidade aos observadores internacionais, o Governo da ZANU-PF era frequentemente citado como um exemplo de boa governação política e económica no contexto de uma África Austral dilacerada pelas guerras civis e internacionalizadas em Angola, Moçambique e a luta contra o *apartheid* na África do Sul. Para todos os efeitos, o Zimbabwe detinha um funcionalismo público alargado mas eficiente, uma economia diversificada, uma base sólida de recursos huma-

nos, um invejável sistema de educação e a maioria da população nas áreas urbanas tinha acesso a água potável e a electricidade.

A introdução do primeiro programa de ajustamento estrutural data de 1991, altura em que foi anunciado pelo Governo com o nome «Zimbabwe: A Framework for Economic Reform 1991-1995»<sup>19</sup>. É neste primeiro programa de ajustamento estrutural que encontramos a adopção – se bem que, a princípio, tímida – de políticas no sentido da liberalização face ao comércio interno e externo, às taxas de câmbio, à desregulamentação da economia e à redução do aparelho de Estado. O programa era ambicioso na medida em que previa, entre outros, um crescimento do PIB de cinco por cento ao ano baseado no crescimento acelerado das exportações e na redução do défice orçamental assim como a criação de 100 mil novos postos de trabalho por ano. A apresentação deste programa à conferência de doadores de Março de 1991 levaria a que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) garantissem o seu apoio.

Embora em grande parte fruto da iniciativa do Governo do Zimbabwe, e não obstante os atrasos verificados relativamente ao pagamento das verbas prometidas durante a conferência por parte das instituições financeiras internacionais e outros doadores (incluindo o Reino Unido e os EUA), a dependência face ao seu apoio técnico-financeiro para o sucesso do programa levaria a que Harare cedesse o controlo do programa ao FMI a par-

tir de 1992<sup>20</sup>. As relações com as instituições financeiras internacionais foram difíceis desde o início do programa. A pressão exercida para que o Governo acelerasse o processo de liberalização económica – não obstante o aumento do desemprego de

A PRESSÃO EXERCIDA PARA QUE O GOVERNO ACELERASSE O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA LEVARIA A QUE A ECONOMIA DO ZIMBABWE SOFRESSE DANOS IRREPARÁVEIS.

30 para 50 por cento, a diminuição da competitividade da indústria e o aumento desenfreado do défice orçamental entre 1990 e 1995 – levaria a que a economia do Zimbabwe sofresse danos irreparáveis. Para Deborah Potts, foi precisamente a crise económica deste período, pela forma como afectou os níveis de vida das populações urbanas, que criou as condições para o aparecimento (pela primeira vez na história do Zimbabwe) do fenómeno de pobreza extrema nas cidades, do crescimento desmesurado de bairros de lata nas zonas periurbanas assim como da economia informal<sup>21</sup>.

Passados três anos, num contexto já extremamente difícil – a economia crescera em média apenas 1,7 por cento ao ano, o rendimento *per capita* havia diminuído em nove por cento para o período 1990-1996 e o défice orçamental persistia acima dos 10 por cento –, o FMI suspenderia o programa (Junho de 1995). Quando, em 1998, Harare decidiu enviar tropas para a República Democrática do Congo (RDC), o FMI suspendeu o programa indefinidamente<sup>22</sup>. Que o actual governador do Banco Central, Gideon Gono, tenha afirmado recentemente à revista *New African* que «não existe país na história que tenha recebido tão mau tratamento do FMI como o Zimbabwe» e que «as instituições multilaterais deste mundo deixam muito a desejar», não deve pois constituir motivo de surpresa<sup>23</sup>.



O académico zimbabweano Lloyd Sachikonye, por seu turno, contribui com elementos adicionais para a compreensão dos antecedentes estruturais da crise económica. Para este autor, é preciso reconhecer que o «colapso económico se verificou entre 1997 e 2002», precisamente quando Robert Mugabe autorizou pagamentos não orçamentados aos «veteranos de guerra» em Novembro de 1997 na ordem dos cinco biliões de dólares zimbabweanos e autorizou o envio de tropas para a RDC em meados de 1998. No contexto económico dessa época, estas decisões agravaram sobremaneira o défice orçamental e levaram à depreciação da moeda em mais de 50 por cento<sup>24</sup>. Com efeito, é neste período que o fenómeno hiperinflacionário e a retracção da economia se agravaram. Em 1999, já 75 por cento da população vivia abaixo da linha de pobreza e para uma proporção significativa de zimbabweanos a segurança alimentar tornou-se um problema de sobrevivência – tome-se como exemplo que, em Janeiro de 2001, 500 mil pessoas careciam de ajuda alimentar. Nas zonas urbanas, os níveis de pobreza aumentaram exponencialmente: em 2003, 75 por cento dos lares eram classificados como «pobres», incluindo 51 por cento considerados como «muito pobres». Como nota Deborah Potts, as consequências deste empobrecimento das populações urbanas incluíram o aumento do emprego informal e da habitação ilegal. Para a autora este é o contexto no qual o verdadeiro impacto da «Operação Murambatsvina» em 2005 deve ser avaliado<sup>25</sup>.

É interessante salientar um aspecto pouco referido em análises dos antecedentes da crise no Zimbabwe: a forma como um grupo específico (se bem que reduzido) da ZANU-PF beneficiaria com a implementação do programa económico de ajustamento estrutural. Com efeito, o controlo de posições-chave no Governo e na administração do Estado permitiria a um grupo restrito e de elite da ZANU-PF posicionar-se para beneficiar da liberalização económica então realizada. Com efeito, o novo capital financeiro disponível para o financiamento de projectos levaria à criação de uma nova classe financeira, composta por indivíduos-chave do partido no poder, que, segundo Bracking, trabalhando em empresas nominalmente independentes, «dependiam do partido-Estado em aspectos cruciais, nomeadamente no acesso a divisas estrangeiras e à obtenção de licenças de actividade económica». Denominados «capitalistas do partido» (por oposição aos chamados «capitalistas independentes»), estes indivíduos têm beneficiado sobremaneira do contexto actual em virtude do acesso que têm a divisas estrangeiras (a uma taxa oficial largamente inferior à do mercado) que os protege das pressões inflacionárias que afectam a maioria da população. Esta classe tem, nos últimos anos, realizado a compra de empresas a uma fracção do seu custo real através destes mecanismos<sup>26</sup>.

DESCONTENTAMENTO E OPOSIÇÃO: A SOBREVIVÊNCIA DO REGIME EM CAUSA  
Considerada por vários analistas como a causa próxima da situação actual, a preservação a todo o custo do regime da ZANU-PF e as estratégias postas em prática com o objectivo de neutralizar qualquer oposição, indicam a natureza eminentemente polí-

tica da crise no Zimbábue. A derrota da ZANU-PF no referendo de 2000 (que propunha uma nova constituição para o país) e os resultados das eleições legislativas de 2000 – nas quais uma diferença de apenas cinco lugares separou a ZANU-PF do principiante MDC – são geralmente consideradas como o ponto de viragem nos destinos políticos do país<sup>27</sup>. Para David Blair, a partir do momento em que Mugabe, o «porta-estandarte de uma geração famosa», perdeu o referendo de 2000, «começou a combater como um tigre para se manter no poder contra uma oposição nascida do colapso em espiral da economia»<sup>28</sup>. As eleições de 2000 – consideradas por vários observadores internacionais como não tendo sido nem livres nem justas – representam, para Sachikonye, uma «mudança cataclísmica» no panorama eleitoral e político do país. A este respeito, Chris Maroleng nota que os resultados eleitorais das eleições de 2000 fazem do MDC «o partido da oposição mais bem-sucedido na história do Zimbábue independente»<sup>29</sup>. Data igualmente destas eleições o início da radicalização do discurso de Mugabe, concebido em torno das credenciais «nacionalistas» (a participação na luta de libertação como factor de legitimidade política), dos ataques ao Ocidente (quem está por trás da criação do MDC?) e do problema da posse da terra<sup>30</sup>.

Mas que oposição é esta de que estamos a falar? Se o período de relativa estabilidade e crescimento da década de 1980 está na base da progressiva organização da sociedade civil – nessa altura conveniente a uma ZANU-PF cuja prioridade era a consolidação da independência –, a situação económica e social que o país enfrentou na década de 1990 explica, em grande parte, o início da mobilização dessa mesma sociedade civil

A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO PRÓ-DEMOCRACIA RESULTA, POR CONSEQUENTE, DA INSATISFAÇÃO GENERALIZADA FACE ÀS CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DA LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA ASSIM COMO DA PERCEPÇÃO DE QUE O ZIMBABWE SE HAVIA DE FACTO TRANSFORMADO NUM PAÍS DE PARTIDO ÚNICO.

agora em oposição ao regime. À medida que as condições económicas pioraram, o movimento sindical, as organizações de direitos humanos, as associações de estudantes e os média independentes tornam-se mais interventivos<sup>31</sup>. Como nota Kagoro, a reacção do Governo foi legislar contra a possibilidade de protesto através da publicação da «Labour Relations Amendment

Bill», assim como da «University of Zimbabwe Amendment Act»<sup>32</sup>. Em reacção à promulgação desta legislação e à aprovação do programa económico de ajustamento estrutural, a ZCTU (Zimbabwe Congress of Trade Unions) cortaria relações com a ZANU-PF. A emergência do movimento pró-democracia no início da década de 1990 resulta, por consequente, da insatisfação generalizada face às consequências negativas da liberalização económica assim como da percepção de que o Zimbábue se havia de facto transformado num país de partido único<sup>33</sup>. A criação da National Constitution Association (NCA) por várias organizações não governamentais com o intuito de pressionar o Governo a abrir o processo de revisão constitucional, nessa altura dominado exclusivamente pela ZANU-PF, constituiu a primeira evidência de uma oposição aberta



ao regime. A aliança tácita entre a ZCTU e a NCA levaria a que, na sequência das conclusões de uma convenção conjunta em Fevereiro de 1999, o MDC fosse criado a partir de uma coligação de forças sociais díspares mais unidas na sua oposição a Mugabe do que a uma ideologia ou programa político partilhado. Fundamental na criação do MDC foi a organização sindical ZCTU, centro da acção sindical que tinha desde os últimos anos da década de 1990 levado a cabo inúmeras greves em protesto contra a situação económica do país. Para Maroleng, o passado do MDC na acção sindical da ZCTU colocou-o desde o início numa rota de colisão com o regime ZANU-PF e a sua natureza difusa tornaram-no um «alvo ideal para as acusações por parte dos média governamentais de que não passa de um veículo para interesses estrangeiros»<sup>34</sup>. Para Kagoro, este mesmo passado ajuda-nos a compreender por que é que um dos principais desafios do MDC é a sua própria coesão – tendo a importância deste desafio sido demonstrada recentemente através da divisão do movimento, numa fase tão crucial de todo o processo, em duas facções<sup>35</sup>.

É neste contexto que o significado político da derrota sofrida pela ZANU-PF no referendo de 2000 e os resultados eleitorais das eleições legislativas do mesmo ano devem ser entendidos. Na senda da direcção demonstrada pela ZANU-PF na década precedente, que a resposta do regime tenha sido a promulgação de um conjunto de leis repressivas, a securitização e a militarização da vida política, social e económica do país não deve, por conseguinte, constituir surpresa. O período entre a realização das eleições legislativas de 2000 e as eleições presidenciais de 2002 é particularmente importante. A promulgação da Lei de Ordem Pública e Segurança («Public Order and Security Act, POSA»), da Lei de Acesso à Informação e Protecção da Privacidade («Access to Information and Protection of Privacy Act, AIPPA») datam deste período. Se a POSA forneceu ao regime os instrumentos necessários para o controlo da oposição, restringindo o direito à associação e dando à Polícia Nacional do Zimbabwe poderes discricionários (efectivamente colocando as forças de segurança à margem da lei) a AIPPA limitaria a liberdade de expressão efectivamente destruindo os média independentes no país. É também neste período que assistimos ao deslocamento forçado de 70 mil pessoas (entre Janeiro e Março de 2002) com um intuito marcadamente político, à criação de 150 bases de milícias à escala nacional, e à nomeação de altas patentes militares para a Comissão Nacional Eleitoral («Electoral Supervisory Commission»). Posteriormente, a amnistia dada a todos os que levaram a cabo actos de violência política entre Janeiro e Julho de 2000 e a Lei sobre As Organizações Privadas de Carácter Voluntário («Private Voluntary Organisations Act, PVOA»), entre outras, iriam confirmar, se dúvidas ainda restassem, o tipo de orientação estratégica adoptada pela ZANU-PF para assegurar a sua sobrevivência política. O controlo absoluto – de posições-chave no Governo, na administração pública e na economia – tem sido prosseguido incessantemente pelo regime. Para além de posições ministeriais, Robert Mugabe tem colocado pessoas consideradas «leais» em quase todos os sectores-chave da vida do país

incluindo a National Oil Company, a Zimbabwe Electricity Company, o Grain Marketing Board, a companhia de caminhos-de-ferro do Zimbabwe, etc. Nas áreas onde o MDC foi capaz de nomear presidentes de câmara, por exemplo, a ZANU-PF tem conseguido bloquear a capacidade do partido em levar a cabo as suas políticas. A nível social, como discutido abaixo, o «Fast Track Land Programme» tem resultado no alargamento das redes neopatrimoniais da ZANU-PF já que o partido obriga todos aqueles que querem beneficiar do programa a registar-se como membros.

Igualmente preocupante tem sido a estratégia seguida destinada ao controlo dos tribunais, numa violação clara do princípio da separação de poderes. A substituição de juízes, a intimidação de magistrados envolvidos em casos que tenham a ver com o problema da terra, etc., tem levado ao controlo quase absoluto da área da justiça<sup>36</sup>. Por seu turno, o controlo da informação tem desempenhado um papel igualmente crítico na estratégia totalitária da ZANU-PF. Kibble cita uma entrevista concedida por Jonathan Moyo, ministro da Informação, a 8 de Abril de 2004, ao jornal *The Herald*, na qual o ministro afirma: «Foi fundamental assegurar que o país controla os meios de disseminação da informação como forma de preservar a sua soberania, tarefa para a qual a informação é crítica.»<sup>37</sup>

#### A QUESTÃO DA TERRA E A «TERCEIRA CHIMURENGA»

A instrumentalização da questão da terra tem sido fundamental na estratégia de sobrevivência do regime de Mugabe. É evidente que no Zimbabwe (como em outros países da África Austral onde os regimes coloniais ou de *apartheid* dependeram de povoamento branco com frequência feito à custa da expropriação forçada de populações

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA QUESTÃO DA TERRA TEM SIDO FUNDAMENTAL NA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DO REGIME DE MUGABE.

autóctones) a redistribuição da terra tem sido e continua a ser uma importante prioridade dos governos de maioria negra. Os padrões de extrema desigualdade na posse e uso da terra que caracterizaram o período

colonial levam a que a redistribuição da terra assuma um carácter fundamental na implementação de políticas de justiça social e de combate à pobreza conducentes a uma verdadeira soberania e independência económica. No Zimbabwe, a ocupação das melhores terras por colonos brancos desde os tempos da British South Africa Company de Cecil Rhodes (Mashonaland), a expulsão em massa de populações Shona e Matabele pelo Governo colonial da Rodésia e a criação de «reservas» para populações autóctones nas zonas periféricas a partir de 1920 (e em especial a partir de promulgação do «Land Apportionment Act» de 1930) conduziram a padrões de uso e posse da terra profundamente desiguais. Para mais, devemos salientar que a expulsão de populações autóctones das suas terras não pertence apenas aos anais da história; elas permanecem vivas na memória de muitos zimbabweanos que viveram as políticas de povoamento branco de 1945 a 1960, das quais resultou um aumento desta população

de 80 mil para 225 mil, aumento este largamente sustentado pela expropriação forçada das populações autóctones até 1970<sup>38</sup>.

Para se ter uma ideia mais exacta do problema da terra no Zimbabwe, basta referir que na altura da independência, cinco mil grandes explorações agrícolas ocupavam 15,5 milhões de hectares da melhor terra (num total de 33,2 milhões de hectares considerados aráveis), evidentemente todas propriedade de brancos. Enquanto que a dimensão média destas grandes explorações agrícolas era de três mil hectares, a das áreas comunais era apenas de 20 hectares. Não é de surpreender que a luta de libertação, a chamada «Segunda Chimurenga» tenha tido como *leitmotif* a redistribuição radical da terra. Como salienta Maroleng, «quando a segunda Chimurenga se inicia, liderada pela Zimbabwe African National Union (ZANU) e pela Zimbabwe African Peoples' Union (ZAPU), ambos os movimentos se comprometeram a levar a cabo a redistribuição da terra se e quando assumissem o poder»<sup>39</sup>. Foi precisamente por esta razão que os Acordos de Lancaster House continham uma série de artigos sobre a redistribuição da terra, imputando ao Governo britânico a responsabilidade da assistência financeira ao processo (incluindo a compra de propriedades de agricultores brancos para redistribuição assim como parte dos custos de realojamento de agricultores negros). Este processo seria baseado no princípio chamado de «willing seller, willing buyer», no qual a terra dos que a quisessem vender era adquirida pelo Estado e depois distribuída aos beneficiários<sup>40</sup>.

Não obstante acesos debates sobre a imputabilidade de responsabilidades na implementação do programa de redistribuição previsto em Lancaster House entre Harare e Londres, deve salientar-se que o programa teve uma implementação extremamente morosa em grande medida consequência do princípio «willing seller, willing buyer». Na sua primeira fase, entre 1980 e 1989, o «Land Reform and Resettlement Programme» teria redistribuído, segundo Thomas, apenas 2,6 milhões de hectares afectando somente 52 mil famílias (das 162 mil previstas). Com a recessão económica no início da década de 1990, a pressão internacional por parte das instituições financeiras e a eventual suspensão do programa de ajustamento estrutural pelo FMI referido acima, levariam a que o programa estivesse para todos os motivos parado até finais da década. Na sequência da análise de Moyo, Chris Maroleng considera que o papel desempenhado pela Commercial Farmers Union (que reunia os proprietários e empresários agrícolas, na sua maioria brancos) ao aconselhar os seus membros a não vender ao Governo, contribuiu também para o atraso no programa<sup>41</sup>. Thomas conclui que o «conflito da terra no Zimbabwe deve ser entendido primeiro que tudo como um legado do colonialismo e da emergência de relações neocoloniais entre o Zimbabwe e uma coligação de países ricos e de instituições internacionais por eles dominadas»<sup>42</sup>.

No ano 2000, a economia do Zimbabwe continuava dominada por 4500 proprietários e empresários agrícolas brancos cujos interesses se estendiam a outros sectores-chave como o turismo, a exploração florestal, o sector agroindustrial e as exportações<sup>43</sup>.

Não obstante a reformulação pelo Governo da ZANU-PF de um novo programa em 1997 conhecido como «LRRP 2» – que permitia, em certos casos, a ocupação compulsiva – o processo de redistribuição continuou muito lento. Quando se deram as primeiras ocupações violentas de propriedades agrícolas levadas a cabo por «veteranos de guerra» em Fevereiro de 2000, apenas 90 mil hectares haviam sido redistribuídos.

Tudo se alterou quando Mugabe precipita a corrida desenfreada à ocupação com o anúncio da «Terceira Chimurenga», após a derrota no referendo de 2000. A 12 de Março já 450 explorações agrícolas de grande dimensão tinham sido ocupadas por «veteranos de guerra» – a reacção do regime foi considerar estas ocupações como «manifestações espontâneas da vontade popular» nas quais o Governo não estava envolvido. Que as ocupações fossem levadas a cabo por «veteranos de guerra» pagos através da War Veterans' Association não parecia relevante naqueles tumultuosos meses de 2000.

Em Julho do mesmo ano, o Governo decreta formalmente o início daquilo a que chamou «Fast Track Land Reform Programme», dando cobertura às ocupações que ocorriam um pouco por toda a parte. Neste programa, o Governo anuncia a aquisição (forçada se necessário) de aproximadamente 90 por cento das explorações agrícolas comerciais até ao final de 2002. Segundo números da Commercial Farmers' Union citados por Maroleng, durante o ano de 2000, um total de 1600 propriedades teriam sido ocupadas e em Janeiro de 2002, um total de 4874 explorações haviam sido designadas pelo Governo para aquisição/expropriação<sup>44</sup>.

Num contexto já de crise económica, a velocidade e o carácter disruptivo com que este processo se desenrolou, os seus objectivos marcadamente políticos e a falta de meios financeiros e humanos que procedessem à aplicação apropriada do previsto no «Fast Track Land Programme» resultaram numa redistribuição que não foi acompanhada por uma verdadeira reforma agrária. Segundo Sachikonye, a população mais seriamente afectada por estes acontecimentos foram os trabalhadores agrícolas, estimados em 130 mil em 2003. Do ponto de vista económico, a consequência imediata deste programa foi a redução substancial da produção agrícola que sofreu uma quebra de 21 por cento em 2001 e 40 por cento em 2002. Para Maroleng, o «Fast Track Land Reform Programme» teve consequências económicas, sociais e políticas que afectarão o Zimbabwe no médio e longo prazo.

## **A FORÇA DAS PALAVRAS: PAN-AFRICANISMO, ANTICOLONIALISMO E A «TERCEIRA CHIMURENGA»**

Nos seus discursos, Robert Mugabe recorre com frequência ao simbolismo da guerra de libertação. Para o Presidente, o Governo da ZANU-PF está engajado na «Terceira Chimurenga», desta feita contra o neo-imperialismo e a dominação estrangeira e a favor dos «verdadeiros filhos do país», os zimbabweanos negros<sup>45</sup>. Segundo Mugabe: «temos agora a Terceira Chimurenga, que iniciámos quando nos apercebemos de que embora sejamos livres, não podemos ir avante sem a posse da terra que é nossa.»<sup>46</sup>

Robert Mugabe consegue, com mestria ímpar, posicionar os acontecimentos recentes numa narrativa histórica contínua onde o heroísmo dos tempos da guerra de libertação e as necessidades do contexto presente se fundem num mesmo acto em três movimentos, as «três Chimurengas».

O nacionalismo, o anti-imperialismo, a raça, a posse da terra, as injustiças do colonialismo, a pobreza, o Ocidente neocolonialista são os ingredientes de um discurso populista de potencial explosivo<sup>47</sup>. Um discurso que apela a uma parte substancial da população não só do Zimbabwe mas tam-

bém de outros países africanos – veja-se a forma como Robert Mugabe foi aplaudido durante a tomada de posse do Presidente Thabo Mbeki em Pretória. Para Phimister e Raftopolous, esta estratégia, de «colocar o problema do Zimbabwe no centro de

O NACIONALISMO, O ANTI-IMPERIALISMO, A RAÇA, A POSSE DA TERRA, AS INJUSTIÇAS DO COLONIALISMO, A POBREZA, O OCIDENTE NEOCOLONIALISTA SÃO OS INGREDIENTES DE UM DISCURSO POPULISTA DE POTENCIAL EXPLOSIVO.

uma posição anti-imperialista e pan-africana», revela-se fundamental na «ofensiva do Presidente Robert Mugabe contra as forças que se opõem ao seu governo»<sup>48</sup>. Neste discurso a preocupação ocidental face aos direitos humanos, à democracia, à liberdade de imprensa, à justiça e ao cumprimento da lei não passa de retórica destinada a perpetuar a dominação económica (e histórica) sobre o continente africano. Para muitos na África subsariana, Mugabe é o único líder africano com coragem e capacidade de enfrentar a hipocrisia das grandes potências e das instituições financeiras internacionais. Internamente, como nota Scarnecchia, este discurso tem tido alguns resultados – como justificar que a popularidade de Mugabe tenha aumentado de 21 por cento em 1999 para 58 por cento em 2004?<sup>49</sup>

A natureza maniqueísta do discurso político asfixia qualquer possibilidade de verdadeiro debate nacional sobre a política, as políticas e as operações levadas a cabo pela ZANU-PF, pelas forças de segurança, pelos «veteranos de guerra» e pelas milícias. Comentar, criticar, opor ou, até mesmo, solicitar a abertura de espaço político para a reflexão representam, nos dias de hoje, estar contra a libertação, contra o povo, e a favor do eixo neocolonialista. Sakore salienta que a forma como o Governo e os seus apoiantes mobilizaram o apoio africano, «teve a consequência de reduzir o debate sobre a crise no Zimbabwe a uma versão simplista na qual se digladiam o nacionalismo e o anticolonialismo africanos de um lado e o imperialismo e o colonialismo do outro»<sup>50</sup>.

Os acontecimentos em torno da suspensão do Zimbabwe da Commonwealth em 2002 são paradigmáticos desta abordagem já que não obstante as tentativas da *troika* nomeada para resolver o diferendo (os presidentes da África do Sul, Nigéria e Austrália) Mugabe decidiria abandonar a organização. Na sua já tradicional forma intempestiva, Robert Mugabe diria que o Zimbabwe não pode pertencer ao que na realidade não passa de um «clubes racista branco». A relação entre Harare e Londres – por si só objecto de já muitos milhares de páginas de análise na imprensa dos dois países – só pode ser vista

neste contexto, já que o Reino Unido ocupa, na peça teatral de Robert Mugabe, o papel de vilão. Como matéria-prima para o guião desta peça, Mugabe usa tudo o que de uma forma ou outra pode ser instrumentalizado, desde a oposição em muitas capitais à intervenção no Iraque, ao discurso de Tony Blair na conferência do Partido Trabalhista em 2001 que apontou para uma nova direcção da política externa britânica (a tese da «reordenação» do sistema internacional baseada na liberdade e democracia) justificando a intervenção, etc., Mugabe diria:

«eles não compreendem que já não governam o Zimbabwe e que nós agora somos independentes. Já não é o Zimbabwe do Blair; agora o Zimbabwe é dos Mugabes, dos Msikas e dos Mujurus. É o nosso Zimbabwe mas eles não o querem reconhecer e por isso fomentam a guerra e é daí que as sanções provêm.»<sup>51</sup>

Nesta abordagem, a questão da terra tem desempenhado um papel fundamental. Durante a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002, Mugabe diria em entrevista ao *The Star*: «Nós não somos europeus. Não pedimos um centímetro da Europa, uma polegada quadrada do seu território. Portanto Blair, fica com a tua Inglaterra e deixa-me ficar com o meu Zimbabwe.»<sup>52</sup>

As sanções impostas pelos EUA, pela UE e a Austrália têm também um papel importante na narrativa do Presidente. Mugabe considera-as, acima de tudo, prova do neocolonialismo e de *double-standards* já que o Ocidente defende, por um lado, o respeito da lei e, por outro, não respeita nas suas acções o direito internacional. Mugabe perguntaria: «A quem deve o mundo impor sanções: a Robert Mugabe ou a George Bush?» Decretadas há já cinco anos, estas sanções destinam-se a afectar directamente as elites da ZANU-PF, incluindo a interdição de viagens e o congelamento de bens a 200 figuras do regime, incluindo o próprio Presidente.

Terence Ranger contribui com uma análise profunda, incisiva, fascinante do discurso e narrativas utilizados pela ZANU-PF no contexto de crise política e socioeconómica actual. Para este autor, a ZANU-PF acabou por criar, através deste discurso, uma nova versão da história do Zimbabwe, dita «História Patriótica». Antagonista, reaccionária, esta «historiografia» (ensinada agora em dezenas de campos de milícias jovens) opõe-se à reflexão crítica, ao comentário e à análise características da tradicional historiografia do nacionalismo. Para este autor, «foi dada ao Zimbabwe uma nova história na qual foi colónia britânica até 1980, onde os britânicos ainda interferem, ainda quebram promessas e ainda tentam controlar o país. Esta retórica é constante na ZANU-PF, demonstrada pelo slogan muitas vezes utilizado “O Zimbabwe nunca mais será colónia”.»<sup>53</sup>

### **A «DIPLOMACIA SILENCIOSA»**

Nos últimos anos, muito se tem escrito sobre a efectividade (ou falta dela) da política externa sul-africana face à crise no Zimbabwe – denominada pelo Governo sul-afri-



cano como «diplomacia silenciosa». Para uma grande parte dos observadores, a «diplomacia silenciosa» não tem produzido os resultados esperados – pelo contrário, tem contribuído para legitimar o regime e a política de Robert Mugabe. Reagindo aos eventos de Março de 2007, e na sua qualidade de vice-presidente da SADC, o Presidente da Zâmbia afirmaria que «a diplomacia silenciosa falhou na resolução do caos político e económico no Zimbabwe»<sup>54</sup>. É certo que a actual intervenção da SADC simultaneamente fortalece e legitima (se legitimidade é necessária) o papel da África do Sul como mediadora entre a ZANU-PF e o MDC, reconhecendo desta forma o papel estratégico de Pretória na resolução da crise política no Zimbabwe. No entanto, compreender os obstáculos, contradições, assim como as oportunidades que marcam a «diplomacia silenciosa» da África do Sul torna-se importante no processo pelo qual a comunidade internacional equaciona o seu papel assim como o papel que poderá ser desempenhado por outros países e organizações africanos.

Primeiro que tudo, a «diplomacia silenciosa» não deve ser vista sob a perspectiva da equidistância (relação Governo do ANC e a ZANU-PF por um lado e entre Governo do ANC e o MDC, por outro). Como discutido nas páginas abaixo, é importante reconhecer-se que o apoio explícito ou implícito de Pretória ao regime de Robert Mugabe tem desempenhado um papel importante na actual crise – em última análise pelo facto de uma abordagem silenciosa se tornar ensurdecadora aos olhos de todos aqueles que esperam, que exigem de Pretória a tomada de medidas de condenação claras e inequívocas. No domínio público do discurso político, várias foram as declarações de apoio ao regime de Mugabe por parte de altos representantes do ANC, de ministros (recorde-se aqui as inúmeras vezes que a ministra dos Negócios Estrangeiros Nkosozana Dlamini-Zuma se pronunciou em apoio a Robert Mugabe), do anterior vice-presidente Jacob Zuma e até do Presidente Mbeki. Em termos práticos, a validação dos resultados eleitorais em várias instâncias por parte de Pretória assim como do ANC servem também para ilustrar esta dimensão. Numa carta aberta ao ANC, de 9 de Março de 2003, Thabo Mbeki diria que

«a crise económica que agora afecta o Zimbabwe não resultou de acções desesperadas de uma liderança irresponsável ou da corrupção... [a crise económica] resultou de uma preocupação genuína em ir ao encontro das necessidades dos negros pobres.»<sup>55</sup>

No início da crise esperava-se que Pretória se pronunciasse de forma mais robusta sobre o que se estava a passar no Zimbabwe. Afinal, os acontecimentos nesse país contradizem de forma clara os vectores defendidos e prosseguidos com sucesso ímpar pela África do Sul no plano continental africano em torno de uma «Renascença Africana», de uma nova responsabilidade por parte dos países africanos em resolverem os seus próprios problemas. Pretória e, em particular, o Governo de Mbeki, têm desempenhado um papel fundamental – com efeito, liderado – em processos tão importantes como a

transformação da Organização de Unidade Africana em União Africana (com implicações importantes no domínio da paz e segurança, boa governação e direitos humanos, entre outros); o programa «NEPAD» e o mecanismo «APRM»; representado o continente, a par da Nigéria, nas negociações com o G-8, entre tantas outras iniciativas. Na base da visão de Mbeki, a paz e segurança, a boa governação e a democracia, o respeito pelos direitos humanos, a responsabilidade de protecção dos mais vulneráveis, o desenvolvimento sustentável e participativo têm constituído linhas de força fundamentais da política externa sul-africana. E, com efeito, Pretória tem desempenhado um papel fundamental na resolução do conflito no Burundi, tem sido instrumental no esforço internacional para resolver o conflito na RDC e na Costa do Marfim, etc.

Como justificou Pretória o silêncio face à crise vivida do outro lado da sua fronteira? Até que ponto o princípio segundo o qual a «diplomacia silenciosa» se destina a assegurar que «todos os canais permanecem abertos» não contribui para a degeneração da

COMO JUSTIFICOU PRETÓRIA O SILÊNCIO FACE À CRISE VIVIDA DO OUTRO LADO DA SUA FRONTEIRA?

situação no Zimbabwe? Para Phimister e Raftopoulos, o apoio tácito de Mbeki a Robert Mugabe baseia-se fundamentalmente na solidariedade pan-africanista, reflectindo-se no facto de o Governo do

ANC não criticar publicamente (e até justificar) o que tem acontecido no Zimbabwe<sup>56</sup>. Estes autores reflectem criticamente sobre a constelação de factores normalmente considerados como estando na base deste apoio, incluindo ligações históricas desde os tempos da luta anticolonial e por conseguinte dinâmicas específicas às lutas de libertação nos dois países, a defesa da soberania nacional e um certo ressentimento relativo à pressão e influência do Ocidente, a hostilidade e suspeição partilhadas face a movimentos sindicais, e, por último, motivos de natureza económica<sup>57</sup>. Para estes autores, os factores políticos de natureza doméstica são, contudo, mais importantes. Dois factores parecem pesar nas escolhas estratégicas de Mbeki: por um lado, o precedente que a subida do MDC ao poder abriria no contexto da África Austral e, em especial, as repercussões que poderia ter no domínio da aliança no Governo da África do Sul; por outro, o apoio que uma parte considerável da população sul-africana dá a Robert Mugabe<sup>58</sup>.

A relutância de Pretória em condenar publicamente o regime da ZANU-PF ou tomar medidas sancionatórias que pudessem mudar a direcção e o sentido dos acontecimentos (recorde-se que o Zimbabwe depende da economia sul-africana em vários domínios) tem levado a uma certa suspeição de que para além de motivos de política interna possa haver motivos de natureza económica que justifiquem a política do Governo do ANC. Dale McKinley, por exemplo, considera que de certa forma o enfoque tem sido colocado de uma forma desproporcional no contexto político – interno à África do Sul e externo no que se refere à relação bilateral – da «diplomacia silenciosa». Para McKinley, «a política sul-africana face ao Zimbabwe pode

melhor ser compreendida por referência à economia política de um renovado subimperialismo sul-africano»<sup>59</sup>. McKinley considera que, não obstante saber que as eleições de 2002 tinham sido manipuladas, o ANC não hesitou em afirmar que «a vontade do povo do Zimbabwe prevaleceu... o Presidente Robert Mugabe ganhou as eleições presidenciais com uma maioria esmagadora». Para este autor, «ao dar apoio político e legitimidade ao regime (vitorioso) de Mugabe, o Governo de Mbeki garantiu a segurança e a expansão a longo prazo dos investimentos sul-africanos capitalistas no Zimbabwe»<sup>60</sup>. Para McKinley não restam dúvidas de que, ironicamente, para largos interesses sul-africanos (nomeadamente interesses privados resultantes do *black empowerment*), a sobrevivência política de Robert Mugabe é essencial. E conclui:

«A tentativa de criar um acordo político de elites (mascarado como um “governo de unidade nacional”) deve ser encarado como aquilo que na realidade é – a confirmação de que, no final de contas, o objectivo de Mbeki continua a ser o de assegurar os interesses estratégicos do capital sul-africano.»<sup>61</sup>

É evidente que as questões económicas são extremamente importantes na relação bilateral entre os dois países e que por conseguinte a actual situação económica no Zimbabwe afecta de forma considerável interesses sul-africanos – veja-se, a título de exemplo, as dívidas à ESKOM e à SASOL, entre muitos outros indicadores. No entanto, tendemos a concordar com Phimister e Raftopolous que se o argumento económico é importante, ele não deve ser sobrestimado, fazendo parte de um conjunto de interesses e motivações mais vasto e talvez mais complexo<sup>62</sup>. E neste conjunto de interesses, os factores de natureza política interna à África do Sul são extremamente importantes. Em termos do futuro imediato, a sucessão de Thabo Mbeki à frente da presidência do ANC e as eleições previstas para 2009 terão certamente implicações no domínio da relação bilateral entre os dois países.

### **QUE PENSAM OS ZIMBABWEANOS?**

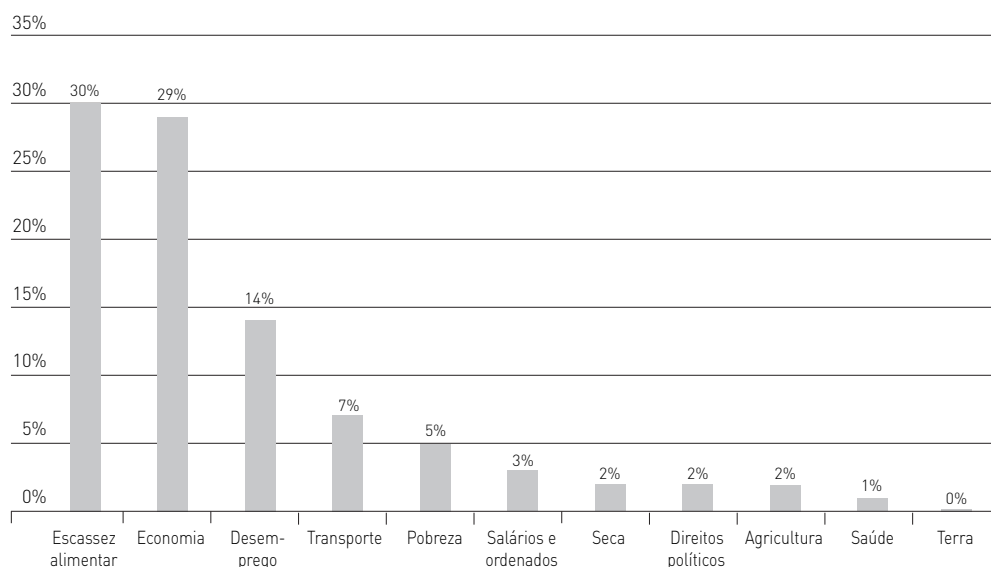
As páginas acima pintaram um quadro de rápida deterioração das condições económicas, sociais e políticas no Zimbabwe ao longo das últimas duas décadas, e em especial dos últimos sete anos. No entanto, sem a opinião de cidadãos comuns do Zimbabwe sobre a situação que têm enfrentado, este quadro estaria incompleto e desenquadrado da realidade que se vive no dia-a-dia. Por essa razão, faremos uso dos resultados de uma sondagem de opinião realizada pela organização Afrobarometer em 2005. O objectivo da Afrobarometer consistiu em medir a forma como a população avalia o desempenho do Governo da ZANU-PF numa série de áreas de intervenção (economia, sociedade, política) assim como as prioridades de desenvolvimento para a população em geral. Um dos resultados mais extraordinários desta sondagem relaciona-se com a forma

como os inquiridos fizeram o ranking dos seus problemas mais importantes. Como pode ser visto no gráfico seguinte, dois tipos de problemas (a escassez alimentar e a gestão da economia) aparecem como preocupações mais importantes para dois terços dos inquiridos<sup>63</sup>.

O desemprego (14 por cento), o transporte (sete por cento) e a pobreza (sete por cento) aparecem também entre as principais preocupações para uma proporção significativa dos inquiridos. No entanto, segundo a Afrobarometer, um outro resultado carece de alguma reflexão – o resultado relativo à questão da terra: «O governo do Zimbabwe apregoa a quem quiser ouvir que a terra é a economia e a economia é a terra. No entanto, menos de um por cento (apenas 0,2 por cento) da população adulta considera a terra como problema mais importante.»<sup>65</sup> Para aqueles que possam inferir deste resultado que a questão da terra foi solucionada para benefício da população em geral, uma sondagem realizada pela mesma organização em 1999 (anterior portanto ao início do «Fast Track Land Programme») apontou para menos de um por cento, enquanto que a sondagem de 2004 apontou para menos de dois por cento. Com efeito, questões como a habitação e o abastecimento de água parecem ser mais importantes do que a redistribuição da terra<sup>66</sup>.

Os resultados relativos à gestão da economia são também reveladores: 93 por cento dos inquiridos consideram que o Governo tem feito uma má gestão da economia – um acréscimo significativo já que em 2004 fora apenas de 48 por cento. Para além disso, os resultados revelam um pessimismo alargado face à capacidade de o Governo resolver os problemas mais importantes já que 74 por cento da população inquirida

**Figura 1** > Os problemas mais importantes<sup>64</sup>

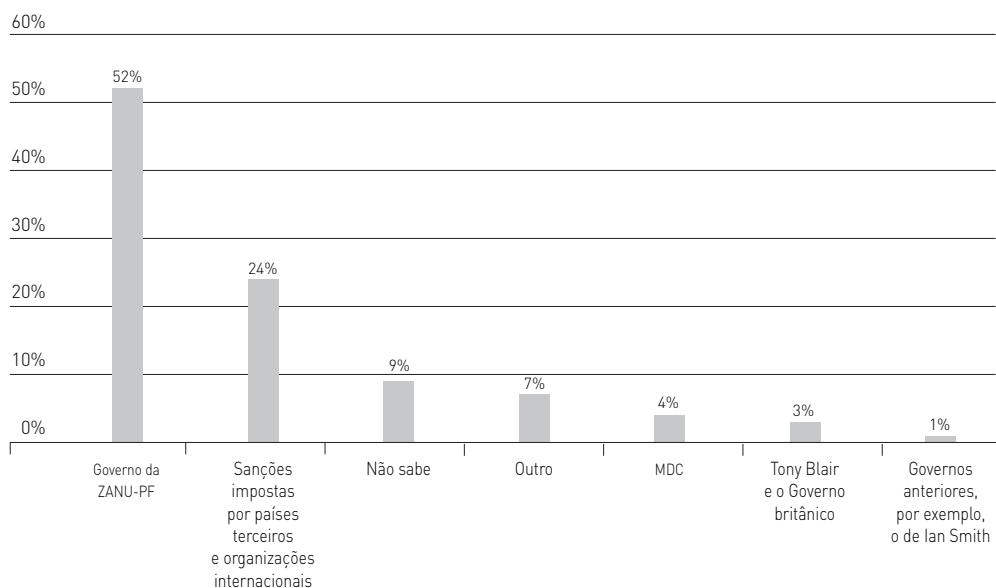


consideram que não é de todo provável (37 por cento) ou não é provável (37 por cento) que o Governo consiga resolver os problemas económicos do país. Não surpreende, por conseguinte, que a população responsabilize de forma clara (com 52 por cento) o Governo da ZANU-PF pela actual situação económica.

Dois outros resultados relativos à pergunta «Quem tem culpa da situação económica?» são significativos, como pode ser visto no gráfico abaixo. Estes resultados têm a ver com as «sanções impostas por países e organizações estrangeiras» (com 24 por cento) e com «o Governo britânico de Tony Blair» (com três por cento). A Afrobarometer conclui: «A mensagem relativa às sanções, que o Governo associa à agenda da “mudança de regime” de Tony Blair e aos seus aliados imperialistas, foi absorvida por 27% dos inquiridos. O público absolve, de forma geral, a oposição (MDC) e os regimes coloniais prévios.»<sup>67</sup>

Não obstante os acontecimentos dos últimos anos, o povo do Zimbabwe continua a exhibir um forte apego ao regime democrático. Quer em zonas urbanas quer em zonas rurais, dois terços da população consideram que a democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo. O gráfico abaixo sintetiza os resultados obtidos pela Afrobarometer em 2005<sup>69</sup>. Numa outra sondagem desta organização, o apoio da população à competição multipartidária é comprovado por 76 por cento dos inquiridos<sup>70</sup>. É significativo que em termos do continente africano, os inquiridos do Zimbabwe e do Botswana sejam os que mais apoiam a competição multipartidária, com 76 e 74 por cento, respectivamente. A este respeito, Steve Kibble lembra que «poucos zimbabwianos

**Figura 2** > Quem tem culpa da situação económica?<sup>68</sup>

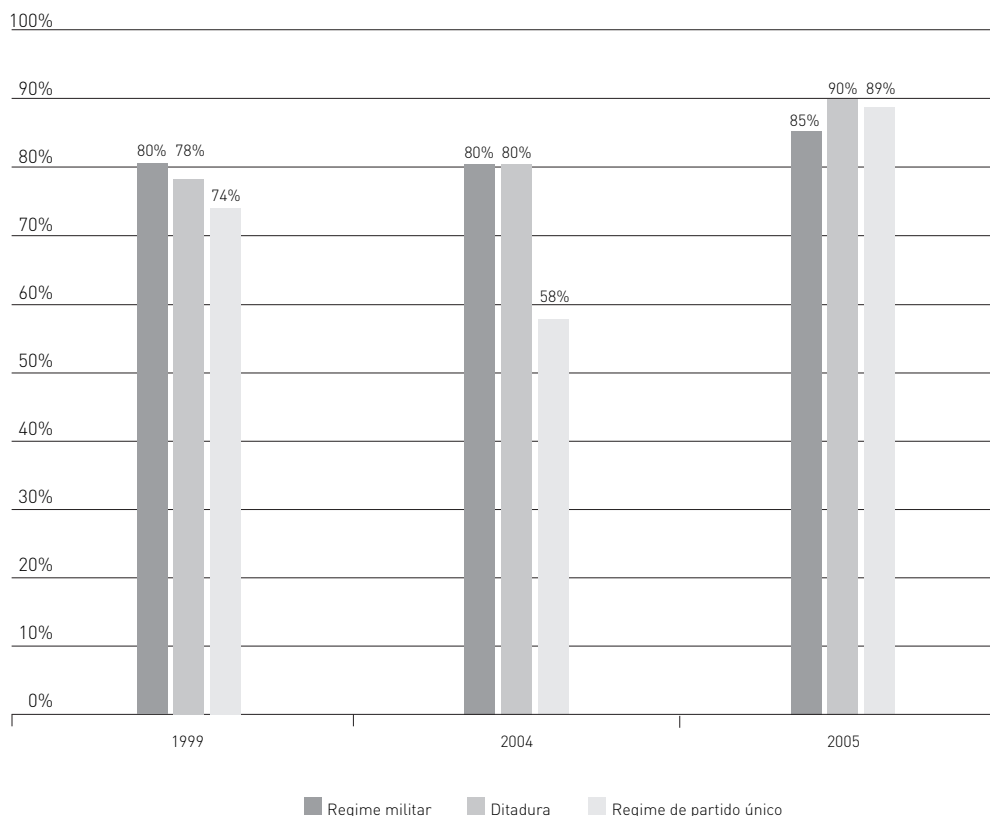


desejam um governo de unidade nacional, que vêm como uma repetição do Acordo de União de 1987 quando a ZANU-PF forçou a PF-ZAPU à união, naquilo que na realidade se transformou num regime de partido único»<sup>71</sup>.

Por último, o povo do Zimbabwe rejeita taxativamente formas autoritárias de governo, quer sejam investidas num regime militar, num regime de partido único ou num homem só. Como pode ser verificado no gráfico abaixo, 85 por cento dos inquiridos pela Afrobarometer rejeitam formas autoritárias de governo, um aumento de cinco por cento face aos resultados de 1999 e 2004. Até que ponto as várias operações levadas a cabo pelo actual regime terão contribuído para este aumento no nível de rejeição carece de investigação<sup>72</sup>. Veja-se a este respeito que 90 por cento dos inquiridos rejeitam um regime dominado por um homem só – nove em cada 10 zimbabwianos – enquanto 89 por cento rejeitam regimes de partido único.

Para além disso, a esmagadora maioria dos inquiridos (82 por cento) consideram que o Presidente se deve submeter à lei e aos tribunais – em termos do continente africano, este é o país onde o maior número de inquiridos considerou fundamental o Presidente submeter-se à lei e aos tribunais<sup>74</sup>. O apego dos zimbabwianos à demo-

**Figura 3** > Rejeição a formas autoritárias de governo (2005)<sup>73</sup>





cracia é também revelado pelo facto de que, embora 58 por cento dos inquiridos se sintam insatisfeitos com a forma como a democracia opera no Zimbabwe, é significativo que três quartos da população continue firmemente convicta da importância de eleições regulares, abertas e honestas<sup>75</sup>. Estes resultados demonstram, inquestionavelmente, a importância dos esforços actuais no sentido da resolução do problema político e, por extensão, a realização de eleições. No entanto, a realização de eleições por si só não será condição suficiente para a garantia do processo democrático neste país. O apoio e o acompanhamento da situação pela comunidade internacional – de momento através do quadro da intervenção SADC – são por essa razão cruciais, até porque o pacote de apoio humanitário e económico prometido pela SADC (e estimado em dois biliões de dólares) estará dependente da realização de verdadeiras reformas políticas.

## **CONCLUSÕES**

Há já vários anos que existem dúvidas das reais intenções de Robert Mugabe em relação à sua permanência à frente dos destinos do país. A forma como, durante o Congresso da ZANU-PF de Dezembro de 2006, o Politburo negou o seu desejo em permanecer na Presidência até 2010 – com a oposição do grupo sob orientação de Solomon Mujuru<sup>76</sup> – é sintomática de algumas das tensões que têm caracterizado o partido nos últimos anos<sup>77</sup>. Forçado a abandonar a ideia de estender o seu mandato, o Presidente concentrou os seus esforços numa nova estratégia: assegurar a sua nomeação como candidato presidencial da ZANU-PF e garantir a realização simultânea de eleições presidenciais e parlamentares em 2008. Num golpe de mestre, Mugabe conseguiu que o Comité Central da ZANU-PF (numa decisão que tradicionalmente se encontra na área do Politburo) apoiasse por consenso a sua candidatura nas próximas eleições assim como a antecipação das eleições legislativas para a mesma data<sup>78</sup>. Embora o pretexto apresentado tenha sido o de uma maior transparência e organização dos actos eleitorais, na verdade esta estratégia é indissociável da chamada Emenda Constitucional 18. A provisão desta emenda no que se refere à nomeação directa de um sucessor pelo Parlamento é talvez, para Mugabe, o trunfo mais importante – já que lhe garante o controlo quase total da sucessão.

No seu último relatório sobre o Zimbabwe, o International Crisis Group (ICG) explora em profundidade o potencial da «solução» regional preconizada actualmente pela SADC<sup>79</sup>. A intervenção da SADC representa uma alteração, se ligeira, da posição de não ingerência e por conseguinte não intervenção que tem caracterizado a postura dos estados-membros da SADC face ao Zimbabwe. A relutância evidenciada pelos países vizinhos ao Zimbabwe discutida acima – em função da história recente da região, de factores políticos assim como de personalidades – parece ter sido momentaneamente ultrapassada. A estratégia da SADC, numa abordagem tipo *carrot and stick*, baseia-se fundamentalmente na continuação das conversações e, como forma de impulsionar o

processo, de um pacote de incentivos e ajuda económica ao Zimbabwe dependente do acordo das partes no domínio da realização de eleições e das reformas constitucionais e políticas.

Para os observadores da situação no Zimbabwe, o desenrolar da campanha eleitoral por parte da ZANU-PF e a sua recusa em implementar o conjunto de medidas acordadas relativas ao acto eleitoral, assim como o impasse vivido nos últimos meses em torno da participação do MDC nas eleições em face da recusa do Governo da ZANU-PF em adoptar uma nova constituição ou aceitar uma «constituição de transição», constituem motivos de forte apreensão. A mediação sul-africana e a SADC no seu todo devem por conseguinte redobrar a pressão sobre as partes (em particular sobre o Governo) para que implementem o conjunto de medidas acordadas na Emenda Constitucional 18, relativas à realização do acto eleitoral, em sintonia com os «Princípios e Orientações para Eleições Democráticas da SADC». Se a forma como as eleições serão realizadas constituirá o melhor indício do que podemos esperar do Governo de Mugabe relativamente à resolução do problema político, por abordar permanecerão questões relacionadas com a boa governação e a corrupção, os direitos humanos e a impunidade, a emergência humanitária, o desenvolvimento e a reforma agrária.

Isto porque, reflectir sobre possíveis saídas da crise no Zimbabwe requer, acima de tudo, o reconhecimento de que este país se encontra hoje afectado por uma crise multifacetada de dimensões consideráveis. Mais do que crise (no singular), o Zimbabwe enfrenta uma série de crises interligadas – de carácter político mas também de carácter humanitário, económico e social. A existência de uma teia de crises interligadas revela que, embora a resolução da crise política se revista de importância fundamental, não menos urgentes são as questões de emergência humanitária, desenvolvimento económico, direitos humanos, democratização e boa governação. Neste sentido, partilhamos da opinião de Brian Kagoro que já em 2003 considerava ser necessária uma estratégia multidimensional capaz de responder aos vários níveis da situação no Zimbabwe, incluindo a questão da terra e da segurança alimentar, a governação e a cidadania, a sociedade civil e a democratização e as intervenções regionais e internacionais<sup>80</sup>.

Os níveis de emergência e vulnerabilidade que se vivem hoje no Zimbabwe obrigam a um engajamento redobrado de esforços no sentido do acesso (directo ou indirecto através de organizações não governamentais locais) às populações mais carenciadas que necessitam de ajuda alimentar e médica de emergência. A iniciativa da SADC revela-se também aqui extremamente importante já que prevê um pacote de recuperação económica e de assistência de emergência. A continuação da pressão da organização e da mediação sul-africana sobre o regime da ZANU-PF relativa às restrições impostas no domínio da ajuda internacional poderão – particularmente num cenário onde as eleições e os seus resultados deitem por terra a possibilidade de um *rapprochement* polí-

tico-diplomático com o Ocidente – manter em aberto a possibilidade de interacção nesse domínio. Porque, quer Mugabe jogue desta vez segundo as regras, ou, como parece mais provável, faça delas apenas pano de fundo, estas preocupações não podem ser justificação para a inacção, para o abandono dos muitos milhares de zimbabweanos que necessitam urgentemente de auxílio. **RJ**

## NOTAS

- 1 Cf., a este respeito, KIBBLE, Steve – «Zimbabwe: the need to bear witness». In *Progressio*, 5 de Outubro de 2007. Consultado em Outubro de 2007. [Disponível em: [http://www.progressio.co.uk/progressio/inter nal/94725/zimbabwe\\_the\\_need\\_to\\_bear\\_wit ness/](http://www.progressio.co.uk/progressio/inter nal/94725/zimbabwe_the_need_to_bear_wit ness/)]
- 2 Recorde-se que quer o «índice de desenvolvimento humano» quer o «índice de pobreza humana» são medidos, para efeitos deste relatório anual, com base em três indicadores: esperança média de vida, rendimento *per capita* e níveis de literacia e de acesso a educação (matrículas). UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – «Human Development Report 2005: International cooperation at a crossroads: aid, trade and security in an unequal world», 2005. [Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2005/>]
- 3 INTERNATIONAL CRISIS GROUP – *Zimbabwe: A Regional Solution?*. Crisis Group Africa Report, n.º 132, 18 de Setembro de 2007. [Consultado em Setembro de 2007. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=5083>]
- 4 AMNESTY INTERNATIONAL – Zimbabwe Human Rights NGO Forum and Zimbabwe Lawyers for Human Rights, «Human rights issues must be at the centre of any dialogue between the government of Zimbabwe and the opposition political parties», Joint statement, 28 de Junho de 2007. [Consultado em Agosto de 2007. Disponível em: [http://www.amnesty.ca/resource\\_centre/news/view.php?load=arcview&article=3986&c=Resource+Centre+News](http://www.amnesty.ca/resource_centre/news/view.php?load=arcview&article=3986&c=Resource+Centre+News)]
- 5 O abuso sistemático dos direitos humanos no Zimbabwe tem sido documentado em pormenor por organizações como o Zimbabwe Human Rights NGOs Forum, a Amnistia Internacional ou a Human Rights Watch. Relativamente ao período recente veja-se, por exemplo, HUMAN RIGHTS WATCH – «Bashing dissent: escalating violence and State repression in Zimbabwe». Vol. 19, n.º 6 [A], Maio de 2007. [Disponível em: <http://hrw.org/reports/2007/zimbabwe0507/>.] Ver também os relatórios da ZIMBABWE HUMAN RIGHTS NGO FORUM. [Disponíveis em <http://www.hrforum-zim.com/>] ou AMNISTIA INTERNACIONAL – «Zimbabwe: between a rock and a hard place», Julho de 2007. [Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/report/info/AFR46/017/2007>]
- 6 O Joint Operational Command («Comando Operacional») é constituído por representantes a nível ministerial e de chefia do Ministério da Defesa, da Polícia, da Central Intelligence Organisation assim como dos «veteranos de guerra». Como membros deste comando operacional encontramos o ministro da Segurança do Estado (Didymus Mutasa), o ministro da Defesa (Sydney Sekeramayi), o chefe do Estado-Maior do Exército (Constantine Chingwa), o director dos Serviços de Inteligência (Happyton Bonyongwe), o chefe do Estado-Maior da Força Aérea (Terence Shiri) e o comissário da Polícia Nacional (Augustine Chihuri).
- 7 INTERNATIONAL CRISIS GROUP – «Zimbabwe: a regional solution?». In *Crisis Group Africa Report*. N.º 132, 18 de Setembro de 2007. [Consultado em Setembro de 2007. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=5083>]
- 8 Devemos também salientar, com base em vários relatórios, que a grande maioria daqueles que se intitulam *veteranos de guerra* estão longe de o ser. Segundo David Blair, estes *veteranos de guerra* são milícias de jovens. Cf., a este respeito, BLAIR, David – *Degrees in Violence: Robert Mugabe and the Struggle for Power in Zimbabwe*. Londres: Continuum, 2003.
- 9 Cf., por exemplo, KAGORO, Brian – «The opposition and civil society». In CORNWELL, Richard [ed.] – *Zimbabwe's Turmoil: Problems and Prospects*. Monograph 87. Pretória: Institute for Security Studies, 2003.
- 10 Vários autores têm tentado compreender as motivações individuais, de carácter psicológico, que poderão estar na base desta estratégia de sobrevivência política de Robert Mugabe. Veja-se, a título de exemplo, o ensaio, já referido, sobre Robert Mugabe de natureza biográfica da autoria de David Blair intitulado *Degrees in Violence: Robert Mugabe and the Struggle for Power in Zimbabwe*.
- 11 A este respeito, Steve Kibble considera que a emergência de estruturas neopatriarcalistas e clientelistas lado a lado com culturas antigas de intolerância e impunidade é função directa da forma como a ZANU-PF conduziu a luta de libertação e governou no período pós-colonial.
- 12 SACHIKONYE, Lloyd – «Whither Zimbabwe? Crisis & democratisation». In *Review of African Political Economy*. Vol. 29, n.º 91, Março de 2002, p. 15.
- 13 SACHIKONYE, Lloyd – «The 1990 Zimbabwean elections: a post-mortem». In *Review of African Political Economy*. Vol. 17, n.º 48, 1990, pp. 92-99.
- 14 KAGORO, Brian – «The opposition and civil society»..
- 15 SCARNECCHIA, Timothy – «The "fascist cycle" in Zimbabwe, 2000-2005». In *Journal of Southern African Studies*. Vol. 32, n.º 2, 2006, p. 221.
- 16 BRACKING, Sarah – «Development denied: autocratic militarism in post-election Zimbabwe». In *Review of African Political Economy*. Vol. 32, n.º 104, 2005, p. 343.
- 17 INTEGRATED REGIONAL INFORMATION NETWORKS (IRIN) – «Zimbabwe: Government reports 150% drop in living standards». In *Irin News*. Harare, 6 de Dezembro de 2006. [Consultado em Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=62338>]
- 18 Os níveis de população vivendo abaixo da linha de pobreza diminuíram de 60 por cento em 1980 para 25-30 por cento em 1991 segundo Deborah Potts. Cf., a este respeito, o artigo da autora intitulado «Restoring order? Operation Murambatsvina and the urban crisis in Zimbabwe». In *Journal of Southern African Studies*. Vol. 32, n.º 2, Junho de 2006, pp. 273-291.
- 19 Mais tarde conhecido como ESAP ou «Zimbabwe's Economic Structural Adjustment Programme».
- 20 Cf., a este respeito, BROWN, William – «The EU and structural adjustment: the case of Lomé IV and Zimbabwe». In *Review of African Political Economy*. Vol. 26, n.º 79, 1999, pp. 75-91.
- 21 POTTS, Deborah – «Restoring order? Operation Murambatsvina and the Urban Crisis in Zimbabwe», pp. 273-291.
- 22 Cf., a este respeito, BROWN, William – «The EU and structural adjustment: the case of Lomé IV and Zimbabwe», pp. 75-91.
- 23 Entrevista a Gideon Gono intitulada «Zimbabwe will not die» (*New African*, Agosto-Setembro de 2007).
- 24 Note-se que a intervenção zimbabueana na RDC representou uma despesa anual de \$ 360 milhões de dólares. Cf., a este respeito, SACHIKONYE, Lloyd – «Whither Zimbabwe? Crisis & democratisation», p. 14.
- 25 POTTS, Deborah – «Restoring order? Operation Murambatsvina and the urban crisis in Zimbabwe», pp. 273-291.
- 26 BRACKING, Sarah – «Development denied: autocratic militarism in post-election Zimbabwe», pp. 344 e 352.
- 27 Para Mary Ndlovu, «em Fevereiro de 2000, a ZANU-PF descobriu, num raro momento de claridade, que era impopular o suficiente para ser derrotada nas mesas de voto, não obstante todas as vantagens que tem em controlar a maioria dos média, a máquina eleitoral e o aparelho de segurança do Estado» [Mary Ndlovu citada in BURNETT, Patrick – «Zimbabwe: is this the year?». In *Pambazuka News*. N.º 295, 15 de Março de 2007.
- 28 O referendo sobre a nova constituição proposto pelo Governo da ZANU-PF previa, entre outros, o fortalecimento dos poderes do Presidente, permitiria a Robert Mugabe candidatar-se à Presidência por mais dois mandatos, e na famosa cláusula 57 passava a responsabilidade em termos das compensações em virtude do confisco de propriedades agrícolas ao Reino Unido. No entanto, mais do que um referendo à nova constituição, este referendo transformou-se aos olhos da população num referendo ao Governo da ZANU-PF e em particular à figura do Presidente Mugabe. Cf. a este respeito, BLAIR, David – *Degrees in Violence: Robert Mugabe and the Struggle for Power in Zimbabwe*.
- 29 Este autor nota que «apenas um ano após a sua criação, o MDC ganhou 57 luga-

res nas eleições parlamentares de 2000, comparados com 62 lugares ganhos pela ZANU-PF». Cf. MAROLENG, Chris - «Zimbabwe's movement for democratic change: briefing notes». In *African Security Analysis Programme Situation Report*. Pretória: Institute for Security Studies, 3 de Maio de 2004, pp. 1-7.

30 SACHIKONYE, Lloyd - «Whither Zimbabwe? Crisis & democratisation», pp. 13-20.

31 A título de exemplo: a Zimbabwe Congress of Trade Union (ZCTU); a Zimbabwe Human Rights Organisation (ZIMRIGHTS), a Catholic Commission for Justice and Peace; a National Constitutional Assembly (NCA); a Women's Rights Group (WRG). Cf. a este respeito, SACHIKONYE, Lloyd - «Whither Zimbabwe? Crisis & democratisation», p. 14. De notar que foi na sequência das manifestações de 1989 que Morgan Tsvangirai (então líder da ZCTU) seria preso pela primeira vez e acusado de «agir sob influências externas» e de ter sido recrutado pelos serviços de inteligência da África do Sul. Cf., a este respeito, KAGORO, Brian - «The opposition and civil society».

32 KAGORO, Brian - «The opposition and civil society».

33 A este respeito é importante salientar a importância da Emenda Constitucional 7 que fortaleceu sobremaneira os poderes do Presidente, incluindo a abolição de uma das câmaras do Parlamento e a reserva de 30 dos novos 150 lugares na câmara única para nomeação directa ou indirecta do Presidente.

34 MAROLENG, Chris - «Zimbabwe's movement for democratic change: briefing notes», pp. 2, 3.

35 KAGORO, Brian - «The opposition and civil society».

36 Um dos casos mais bem conhecidos internacionalmente, apontado por Scarnecchia, verificou-se aquando do pronunciamento favorável do Supremo Tribunal face à inconstitucionalidade do «Fast Track Land Programm». Os juizes envolvidos neste parecer foram repetidamente ameaçados não só por «veteranos de guerra» como também por membros da ZANU-PF e a pressão exercida para que não emitissem o parecer favorável foi considerável. O clima de intimidação e as tentativas de controlo da área judicial levaram ao pedido de demissão de Anthony Gubbay, Chief Justice, por um membro da ZANU-PF.

37 KIBBLE, Steve - «Zimbabwe: the Government wants the people to give up hoping [Archbishop Pius Ncube, Bulawayo]». In *Review of African Political Economy*, «Briefings». Vol. 31, n.º 100, 2004, pp. 343-378.

38 Cf., a este respeito, CLIFFE, Lionel - «The politics of land reform in Zimbabwe». In ASHGATE, Aldershot, BOWYER-BOWER, Tas e STONEMAN, C. (eds.) - *Land Reform in Zimbabwe: Constraints and Prospects*, 2000.

39 MAROLENG, Chris - «Zimbabwe: reaping the harvest». In *African Security Analysis Programme Situation Report*. Pretória: Institute

for Security Studies, 22 de Novembro de 2004, p. 2.

40 É importante recordar que os Acordos de Lancaster House limitavam a acção governativa relativamente às questões da terra nos primeiros dez anos do regime. Não obstante, e mesmo dentro destes parâmetros, embora a ZANU-PF houvesse prometido em 1981 que iria realojar 162 mil famílias camponesas em nove milhões de hectares, apenas 51 235 famílias haviam sido reassentadas em 1990. Cf. SACHIKONYE, Lloyd - «The 1990 Zimbabwean elections: a post-mortem». In *Review of African Political Economy*. Vol. 17, n.º 48, 1990, pp. 92-99.

41 MAROLENG, Chris - «Zimbabwe: reaping the harvest», p. 3.

42 THOMAS, N. - «Land reform in Zimbabwe». In *Third World Quarterly*. Vol. 24, n.º 4, 2003, p. 692.

43 MOYO, Sam - «The political economy of land acquisition and redistribution in Zimbabwe, 1990-1999». In *Journal of Southern African Studies*. Vol. 26, n.º 1, 2000, p. 6.

44 MAROLENG, Chris - «Zimbabwe: reaping the harvest», p. 5.

45 Recorde-se que a «Primeira Chimurenga» representou a primeira revolta contra o domínio colonial britânico e a «Segunda Chimurenga» contra o domínio do regime de Ian Smith.

46 Discurso do Presidente Robert Mugabe no funeral do brigadeiro-general Armstrong P. Gunda a 27 de Junho de 2007. Citado na revista *New African*, edição de Agosto-Setembro de 2007.

47 A este respeito, Kibble descreve os três vértices do «triângulo» do discurso de Mugabe como sendo: (1) a raça; (2) a terra e (3) a desposseção colonial. KIBBLE, Steve - «Zimbabwe: the Government wants the people to give up hoping [Archbishop Pius Ncube, Bulawayo]», pp. 343-378.

48 PHIMISTER, Ian, e RAFTOPOULOS, Brian - «Mugabe, Mbeki and the politics of anti-imperialism». In *Review of African Political Economy*. Vol. 101, 2004, p. 385.

49 Para este autor é claro que «a ideologia multirracal, multicultural do período pós-independência tem sido afastada neste último round de fervor nacionalista». SCARNECCHIA, T. - «The "fascist cycle" in Zimbabwe, 2000-2005», pp. 223 e 227.

50 SANKORE, Rotimi - «Why all Africans must stand up for universal equality, human rights and social justice». In *Pambazuka News*. Vol. 319, 12 de Setembro de 2007.

51 Discurso do Presidente Robert Mugabe no funeral do brigadeiro-general Armstrong P. Gunda em 27 de Junho de 2007. Citado na revista *New African*, edição de Agosto-Setembro de 2007.

52 *The Star*, 2 de Setembro de 2002, citado em PHIMISTER, Ian, e RAFTOPOULOS, Brian - «Mugabe, Mbeki and the politics of anti-imperialism», p. 388.

53 RANGER, Terence - «Nationalist historiography, patriotic history and the history of the nation: the struggle over the past in Zimbabwe». In *Journal of Southern African Studies*. Vol. 30, n.º 2, 2004, pp. 215-234.

54 INTEGRATED REGIONAL INFORMATION NETWORKS (IRIN) - «Zimbabwe: regional intervention long time coming». In *Irin News*. Harare, 25 de Março de 2007. [Consultado em Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report.aspx?ReportID=70906>]

55 Thabo Mbeki, *ANC Today*, 9 de Março de 2003.

56 PHIMISTER, Ian, e RAFTOPOULOS, Brian - «Mugabe, Mbeki and the politics of anti-imperialism», p. 395.

57 No entanto, estes autores revelam um certo ceticismo no que se refere às ditas ligações históricas entre a ZANU-PF e o ANC (lembrando que as simpatias do ANC estiveram sempre com a ZAPU, e que a ZANU-PF por seu turno, apoiou tradicionalmente o Pan African Congress). *Ibidem*.

58 *Ibidem*.

59 Um dos exemplos dados por McKinley refere-se ao pacote de ajuda dado pela África do Sul ao Zimbabwe antes das eleições de 2000 - segundo este autor, «os reais beneficiários são as para-estatais sul-africanas na medida em que uma parte significativa deste pacote envolve projectos de investimento conjunto na área do turismo, infra-estruturas». MCKINLEY, Dale T. - «South Africa foreign policy towards Zimbabwe under Mbeki». In *Review of African Political Economy*, «Briefings». Vol. 31, n.º 100, 2004, p. 357.

60 *Ibidem*, p. 359.

61 *Ibidem*, p. 362.

62 PHIMISTER, Ian, e RAFTOPOULOS, Brian - «Mugabe, Mbeki and the politics of anti-imperialism», pp. 385-400.

63 Com efeito, a escassez alimentar é mencionada por um total de 69 por cento dos inquiridos, demonstrando a difícil situação enfrentada pela população.

64 AFROBAROMETER - «People's development agenda and Government's policy performance in Zimbabwe». In *Afrobarometer Briefing Paper*. N.º 28, Março de 2006, p. 2. [Consultado em Julho de 2007. Disponível em: <http://www.afrobarometer.org/papers/AfrobriefNo28.pdf>]

65 *Ibidem*, p. 3.

66 Um outro resultado curioso notado pela Afrobarometer prende-se com as questões dos direitos humanos e dos direitos políticos - mencionadas por menos de cinco por cento como sendo preocupações principais. Até que ponto os acontecimentos dos últimos anos levam a uma apatia generalizada da população face à política ou, por outro lado, a urgência das questões ligadas à sobrevivência obriga a uma priorização diferente são hipóteses que carecem de uma pesquisa mais aprofundada.

**67** *Ibidem*, p. 9.

**68** *Ibidem*.

**69** AFROBAROMETER – «Support for democracy and democratic institutions in Zimbabwe». In *Afrobarometer Briefing Paper*. N.º 27, Março de 2006. [Consultado em Julho de 2007, p. 3. Disponível em: <http://www.afrobarometer.org/papers/AfrobriefNo27.pdf>]

**70** AFROBAROMETER – «The status of democracy, 2005-2006: findings from Afrobarometer Round 3 for 18 countries». In *Afrobarometer Briefing Paper*. N.º 40, Revised, Novembro de 2006. [Consultado em Julho de 2007, p. 5. Disponível em: [http://www.afrobarometer.org/papers/AfrobriefNo40\\_revised16nov06.pdf](http://www.afrobarometer.org/papers/AfrobriefNo40_revised16nov06.pdf)]

**71** KIBBLE, Steve – «Zimbabwe: the Government wants the people to give up hoping [Archbishop Pius Ncube, Bulawayo]», p. 369.

**72** No entanto, a Afrobarometer considera que a «Operação Murambatsvina» «poderá ter contribuído para o aumento dos níveis de rejeição por parte do público a este tipo de regimes». AFROBAROMETER – «Support for democracy and democratic institutions in Zimbabwe», p. 4.

**73** *Ibidem*.

**74** AFROBAROMETER – «The status of democracy, 2005-2006: findings from Afrobarometer Round 3 for 18 Countries», p. 6.

**75** AFROBAROMETER – «Support for democracy and democratic institutions in Zimbabwe», p. 6.

**76** Solomon Mujuru, herói da luta de libertação, foi comandante das forças de guerrilha da ZANU-PF contra o regime de Ian Smith. Após a independência, Mujuru teve um papel fundamental na criação das novas Forças Armadas do Zimbabwe, enquanto chefe do Estado-Maior do Exército. A este respeito, é interessante reflectir sobre até que ponto a sua influência actual sobre as Forças Armadas do Zimbabwe (já que Mujuru nomeou muitos dos generais) poderá ser considerada um elemento importante.

**77** Com efeito, episódios como este são reveladores das dinâmicas internas do partido e constituem indícios importantes da existência de facções, de clivagens e por conseguinte de pontos sob os quais a pressão pode ser exercida. Compreender a natureza fluida das alianças dentro da ZANU-PF assim como as consequências práticas do apoio e oposição

interna ao líder torna-se imperativo. Actualmente, parecem existir três facções, em torno de Robert Mugabe, de Emmerson Mnangagwa e de Solomon Mujuru. No entanto, aqui talvez seja importante notar, na sequência da análise do ICG, que a oposição destas «facções» não pode ser sobrestimada já que quer Mujuru quer Mnangagwa beneficiaram consideravelmente do seu apoio histórico a Robert Mugabe. Mnangagwa, por exemplo, esteve à frente das operações nas Matabelelands nos anos de 1980, tendo tido um papel decisivo nos chamados massacres de Gukurahundi.

**78** O ICG nota que uma das estratégias seguidas por Mugabe para suprimir a oposição no interior do partido tem sido a de fortalecer o Comité Central – no qual Mutasa e o CIO têm sido fundamentais – em detrimento do Politburo e da Conferência do Partido. Cf. INTERNATIONAL CRISIS GROUP – «Zimbabwe: a regional solution?». In *Crisis Group Africa Report*. N.º 132, 18 de Setembro de 2007. [Consultado em Setembro de 2007, p. 5. Disponível em <http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=5083>]

**79** Cf. *Ibidem*.

**80** KAGORO, Brian – «The opposition and civil society».